



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DO SUL  
PRINCESA DO JACUÍ—CAPITAL NACIONAL DO ARROZ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**PROJETO BÁSICO**

**PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO, RECOMPOSIÇÃO E REESTRUTURAÇÃO  
PARCIAL DA INFRAESTRUTURA ELÉTRICA DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO  
FUNDAMENTAL MARIO GODOY ILHA**

**1. OBJETO**

A presente contratação tem por objeto a execução, em regime de empreitada global, da primeira etapa estruturante do projeto de requalificação, recomposição e reestruturação parcial da infraestrutura elétrica da Escola Municipal de Ensino Fundamental Mario Godoy Ilha, situada no Município de Cachoeira do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Esta intervenção técnica compreende especificamente a recomposição e ativação do padrão de entrada de energia, a implantação de novo circuito geral de alimentação da edificação, a execução da infraestrutura de encaminhamento e a instalação do novo Quadro Geral de Baixa Tensão (QGBT). Esta etapa inicial visa estabelecer a base técnica necessária e a proteção sistêmica primária para a futura modernização das instalações terminais internas da unidade escolar.

Os serviços abrangem o fornecimento integral de materiais, equipamentos, ferramentas e mão de obra especializada. A execução deverá observar rigorosamente as especificações constantes no Memorial Técnico Descritivo, Projeto Gráfico, Planilha Orçamentária e demais documentos técnicos anexos que integram este instrumento.

**2. DETALHAMENTO DO OBJETO**

**2.1** A licitação será realizada sob o regime de empreitada por preço global, sendo a empresa vencedora responsável pelo fornecimento integral dos materiais, equipamentos, ferramentas e mão de obra necessários à execução do objeto. O critério de julgamento adotado será o de MENOR PREÇO GLOBAL.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DO SUL  
PRINCESA DO JACUÍ—CAPITAL NACIONAL DO ARROZ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**2.2** A presente contratação caracteriza-se como serviço comum de engenharia, nos termos da Lei nº 14.133/2021, consistindo na execução da primeira etapa estruturante de requalificação, recomposição e reestruturação parcial da infraestrutura elétrica da Escola Municipal de Ensino Fundamental Mario Godoy Ilha.

A solução compreende a recomposição do padrão de entrada de energia, a implantação de novo circuito geral de alimentação, a execução da infraestrutura de encaminhamento e a instalação de novo Quadro Geral de Baixa Tensão (QGBT), destinados à estruturação da alimentação elétrica principal da unidade escolar.

Os serviços previstos possuem especificações técnicas usuais de mercado e padrões de desempenho objetivamente definidos por meio do Projeto Executivo, Memorial Técnico Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e demais documentos técnicos integrantes do processo.

**2.3** Em razão da natureza do objeto, da existência de especificações técnicas suficientemente definidas e da possibilidade de estabelecimento de critérios objetivos de julgamento, a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração será realizada por meio de Concorrência, na forma eletrônica, observados os preceitos da Lei nº 14.133/2021.

**2.4** O detalhamento do objeto a ser licitado se dará através dos anexos, que constituem o projeto executivo:

**ANEXO I – MEMORIAL DESCRITIVO;**

**ANEXO II – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA;**

**ANEXO III – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO;**

**ANEXO IV – ART DOS PROJETOS;**

**ANEXO V – PLANTAS BAIXAS – PROJETOS.**

### **3. DO PREÇO, DO PAGAMENTO**

**3.1**A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, referente à execução da obra objeto deste instrumento, o valor global estimado de R\$ 33.493,68 (trinta e três mil, quatrocentos





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DO SUL  
PRINCESA DO JACUÍ—CAPITAL NACIONAL DO ARROZ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

e noventa e três reais e sessenta e oito centavos), conforme planilha orçamentária anexa. Salientando que este valor dependerá dos valores da tabela SINAPI na data de abertura da licitação, sendo o valor máximo aceito pela Administração e que a adjudicação será efetuada a uma única empresa;

**3.2** O pagamento será efetuado em 02 (duas) parcelas, conforme Cronograma Físico Financeiro anexo a este Projeto Básico.

**3.3** A empresa CONTRATADA somente poderá emitir a Nota Fiscal após a vistoria e conferência da medição dos serviços executados, os quais serão atestados pelo responsável técnico indicado pela Secretaria Municipal de Educação.

**3.4** Após a realização da vistoria descrita no item 3.3, a empresa CONTRATADA estará autorizada a emitir a Nota Fiscal referente ao pagamento dos serviços executados e apresentará as Guias de INSS e FGTS quitadas com o relatório da GFIP relativo aos funcionários lotados na obra, assim como a guia de recolhimento do ISSQN relativa ao pagamento a receber, a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (visando ao cumprimento do disposto no art. 195, §3º, da Constituição Federal) e o Atesto do responsável técnico e do fiscal do contrato indicados pela Secretaria Municipal de Educação, os quais deverão ser protocolados junto ao Protocolo Geral da Prefeitura Municipal.

**3.5** O pagamento será condicionado à avaliação e ao atesto da etapa da obra pelo responsável técnico e do fiscal do contrato designados pela Secretaria Municipal de Educação.

**3.6** A entrega provisória da obra ocorrerá com a conclusão da última etapa determinada conforme memorial técnico descritivo em anexo, conforme cronograma físico-financeiro anexo.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DO SUL  
PRINCESA DO JACUÍ—CAPITAL NACIONAL DO ARROZ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**3.7** As faturas e a documentação referida no item 3.4 serão encaminhadas à Secretaria Municipal de Administração (Setor de Contratos) que encaminhará à Secretaria Municipal de Educação para que ateste os serviços executados. Após atesto, a Secretaria Municipal de Educação enviará as faturas para o atesto do fiscal do contrato, que devolverá a documentação para a Secretaria Municipal de Administração (Setor de Contratos) que encaminhará à Secretaria Municipal da Fazenda para que efetive o pagamento.

**3.8** As despesas decorrentes da presente obra correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

**2026 Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental**

**339039160000 Manutenção e conservação de Bem Imóveis**

**2553 Transferência de recursos do FNDE**

**1135 Plano de Ações Articuladas**

**3.9** O valor do preço homologado sofrerá reajuste de valor somente em caso de prorrogações do prazo contratual, sem culpa da CONTRATADA, e ainda, que fique demonstrado que houve alteração dos valores inicialmente previstos, caso em que será utilizado o índice do IGP-M/FGV - Índice Geral de Preços do Mercado, observando que o valor não poderá ser superior à tabela SINAPI. Se concedido o reajuste, será referente ao período da prorrogação.

**3.10** Os preços sofrerão atualização quando pagos após a data de vencimento, incidindo juros de 1% ao mês pró-rata-dia até a data de sua efetivação.

#### **4. PERÍODO DE EXECUÇÃO**

O prazo para execução dos serviços será de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço, conforme cronograma físico-financeiro.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DO SUL  
PRINCESA DO JACUÍ—CAPITAL NACIONAL DO ARROZ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O prazo de vigência do contrato será de 120 (cento e vinte) dias, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente justificado.

## 5. JUSTIFICATIVA

A EMEF Mario Godoy Ilha apresenta infraestrutura elétrica precária e insuficiente para atender às demandas de carga da unidade escolar, decorrente de uma expansão gradual e desordenada sem planejamento técnico compatível com o crescimento da edificação. A atual alimentação monofásica é inadequada às necessidades operacionais contemporâneas, sendo imperativa a preparação da infraestrutura para a futura ampliação do uso de sistemas de climatização nos ambientes de ensino.

A instalação existente não atende plenamente aos requisitos de segurança, desempenho e confiabilidade definidos pelas normas vigentes, em especial a ABNT NBR 5410, sendo constatada a utilização de dispositivos de proteção obsoletos do tipo NEMA, ausência de dispositivos diferenciais residuais e de sistema de aterramento funcional. Além disso, embora tenha sido implantado um novo padrão anteriormente, o mesmo nunca operou devido ao furto de seus componentes e condutores, o que reforça a urgência da recomposição do sistema de alimentação.

A intervenção constitui a primeira etapa de uma reestruturação estruturante e planejada, uma vez que o diagnóstico técnico identificou limitações estruturais que comprometem a segurança dos usuários e a continuidade das atividades educacionais. A precariedade atual dificulta manutenções preventivas e corretivas, exigindo uma base técnica sólida para futuras etapas de adequação.

O cenário de crescimento desordenado resultou na inexistência de um quadro geral de distribuição centralizado e na utilização de materiais e componentes incompatíveis com as boas práticas de engenharia. A falta de padronização e o subdimensionamento de elementos críticos tornam indispensável a execução desta requalificação parcial das instalações.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DO SUL  
PRINCESA DO JACUÍ—CAPITAL NACIONAL DO ARROZ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

A presente contratação foca na recomposição do padrão de entrada de energia, na implantação de novo circuito geral de alimentação e na instalação de um novo Quadro Geral de Baixa Tensão (QGBT) de capacidade adequada. Estes elementos são os pré-requisitos técnicos obrigatórios para que as futuras etapas de adequação das instalações terminais e a efetiva conexão dos equipamentos de climatização possam ser operacionalizadas com segurança.

As intervenções serão executadas por mão de obra qualificada, utilizando materiais rigorosamente especificados no Memorial Técnico Descritivo, garantindo organização, desempenho técnico superior e total conformidade com as normas técnicas brasileiras aplicáveis.

## **6. DA GARANTIA**

**6.1** A CONTRATADA, para garantia do fiel cumprimento do contrato a ser firmado, deverá prestar garantia equivalente a 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, dentre as previstas no artigo 96 da Lei 14.133/21.

**6.2** A empresa vencedora deverá comprovar a prestação da garantia, conforme o item 6.1, com a devida quitação da mesma.

**6.3** A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída, mediante solicitação por escrito, após o recebimento definitivo da obra, atestado pelo responsável técnico indicado pela Secretaria Municipal de Educação sendo que quando em dinheiro, deverá ser atualizada monetariamente.

**6.4** Protocolado o pedido referente ao item 6.3, a Administração terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para liberar ou restituir a garantia da empresa CONTRATADA.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DO SUL  
PRINCESA DO JACUÍ—CAPITAL NACIONAL DO ARROZ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

## 7. PENALIDADES

**7.1** A CONTRATADA que descumprir quaisquer das cláusulas ou condições do presente contrato, ficará sujeita às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais disposições constantes na Lei 14.133/21.

- a) Pelo atraso injustificado, a Administração poderá aplicar multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratado, e juros de 1% (um por cento) ao mês pela permanência do atraso, incididos sobre o valor da multa;
- b) Pela inexecução parcial do contrato, a Administração poderá aplicar pena de advertência e multa de 8% (oito por cento) sobre o valor total contratado, além de juros de 1% (um por cento) ao mês pela permanência do atraso, incididos sobre o valor da multa;
- c) Pela inexecução total do contrato a Administração poderá aplicar, também, separadas ou conjuntamente, as seguintes sanções:
  - I. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado;
  - II. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos, observadas as peculiaridades em cada caso para consideração desta dosimetria;
  - III. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou pelo prazo estipulado pela própria autoridade quando da aplicação de tal penalidade, considerando-se, para tanto, a gravidade de cada caso e suas peculiaridades, observado o limite de 5 (cinco) anos.

Parágrafo único: Em qualquer dos casos acima, será observado o contraditório e a ampla defesa, oportunizando-se ao contratado o prazo de 5 (cinco) dias para o exercício do seu direito.







ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DO SUL  
PRINCESA DO JACUÍ—CAPITAL NACIONAL DO ARROZ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

## **8. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**8.1** Para execução de serviços, a CONTRATADA deverá providenciar o isolamento da área em que será implantada a obra, impedindo acesso de pessoas estranhas.

**8.2** A CONTRATADA deverá entregar a obra limpa, livre de entulhos, decorrentes dos serviços contratados.

**8.3** A CONTRATADA obrigar-se-á a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às próprias expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

**8.4** A CONTRATADA será responsabilizada pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato.

**8.5** A CONTRATADA deverá observar o cronograma de execução da obra desde a primeira etapa, para que a mesma não sofra as penalidades cabíveis em caso de descumprimento do percentual estimado de execução do objeto.

**8.6** A entrega definitiva da obra ocorrerá em 90 (noventa) dias após a data da entrega provisória, mediante termo circunstanciado e liberação do técnico indicado como responsável pelo presente projeto da Secretaria Municipal de Educação quando deverá ser realizada vistoria do local para que se verifique a adequação do objeto aos termos contratuais e a limpeza de todos os entulhos e sobras de materiais da obra.

**8.7** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

**8.8** A constatação de qualquer irregularidade na vistoria, atribuída ao serviço realizado pela CONTRATADA, inviabilizará a entrega definitiva e a liberação da garantia prestada.







ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DO SUL  
PRINCESA DO JACUÍ—CAPITAL NACIONAL DO ARROZ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**8.9** A entrega definitiva da obra deverá ser comunicada ao Setor de Contratos da Secretaria Municipal da Administração, através da emissão do Termo de Entrega Definitivo da Obra, o qual deverá ser assinado pelo responsável técnico da mesma, sendo que só assim se dará a liberação da garantia para a empresa vencedora.

## **9. VISITA TÉCNICA**

**9.1** A empresa licitante poderá realizar visita técnica ao local de execução dos serviços para conhecimento das características do local em que os serviços serão executados.

**9.2** Caso seja realizada a visita técnica, a empresa licitante deverá apresentar, declaração de visita ao local de execução da obra, dando ciência do conhecimento das características do local e dos serviços a serem executados, fornecida pelo licitante e devidamente carimbada e atestada por responsável da Secretaria Municipal de Educação. A visita técnica deverá ser agendada, pelo fone (51) 9 9464-8672, arcando o interessado com as despesas decorrentes.

**9.3** Como a visita técnica é facultativa, é de responsabilidade da CONTRATADA a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação das condições do local de execução do objeto, neste caso, a empresa licitante deverá apresentar declaração atestando que executará a obra, sem ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação das condições do local de execução do objeto licitado.

## **10. PARCELA DE MAIOR RELEVÂNCIA**

A parcela de maior relevância desta obra deverá ser comprovada, através dos seguintes atestados, conforme segue:





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DO SUL  
PRINCESA DO JACUÍ—CAPITAL NACIONAL DO ARROZ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- a) Atestado de responsabilidade técnica em nome do profissional indicado, comprovando experiência e capacidade técnica na execução de instalações elétricas de baixa tensão com metragem de no mínimo 50% do previsto nos anexos do edital, cuja atividade corresponde ao item de maior relevância financeira e técnica do orçamento de referência da presente licitação. O Atestado deverá estar acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT fornecida pelo CREA/CAU.
- b) Atestado em nome da empresa licitante, comprovando experiência e capacidade técnica na execução de instalações elétricas de baixa tensão com metragem de no mínimo 50% do previsto nos anexos do edital, cuja atividade corresponde ao item de maior relevância financeira e técnica do orçamento de referência da presente licitação. O Atestado deverá estar acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT fornecida pelo CREA/CAU.

Cachoeira do Sul, 29 de maio de 2026

---

Guilherme Schmidt  
Engenheiro Eletricista / CREA-RS 208.947

---

Carla da Luz Zinn  
Secretária Municipal de Educação

